

Formação do nutricionista para atuação na Atenção Primária à Saúde: perspectiva de docentes

Nutritionist training in order to work in Primary Health Care: lecturers' perspective

Larissa Baungartner Zeminian¹, Sueli Fatima Sampaio², Aline Guerra Aquilante³, Carla Maria Vieira⁴

Artigo Original

RESUMO



Objetivo: Analisar a formação do nutricionista para a atuação na Atenção Primária à Saúde (APS), na perspectiva docente. **Método:** Estudo de abordagem qualitativa junto a docentes de Cursos de Nutrição de Universidades Públicas da região sudeste do país, identificadas pelo sistema de dados oficial do Ministério da Educação (*site* e-MEC). **Coleta de dados** por meio de questionário autoaplicado, com questões norteadoras cujas respostas foram processadas por meio de Análise de Conteúdo. **Resultados:** As informações foram obtidas junto a 21 docentes de 13 Instituições de Ensino Superior e organizadas nas categorias temáticas: Referencial teórico na formação do nutricionista para atuar na AB, classificados como setoriais com foco na alimentação e nutrição, intersetoriais com destaque para a alimentação e nutrição em Saúde Coletiva e educacionais relacionados à educação e formação dos profissionais; Formação do nutricionista na AB: dos temas abordados à prática em campo, vinculados às áreas de conhecimento Ciências Sociais, Humanas e Econômicas, Ciências das Alimentação e Nutrição e Ciência dos Alimentos; e A formação nas perspectivas teórica e prática, que indicam estratégias convencionais e também de metodologias ativas. **Conclusão:** As políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) favorecem a formação do nutricionista para atuação na APS, sendo necessária maior articulação ensino-serviço para formação de nutricionistas identificados com demandas sociais.


PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Nutrição. Educação.


ABSTRACT


Objective: To analyze the training of nutritionists to work in Primary Health Care (PHC), from the teaching perspective. **Method:** Qualitative study with professors of Nutrition Courses at Public Universities in the southeastern region of the country, identified by the official data system of the Ministry of Education, the e-MEC website. **Data collection** through a questionnaire with guiding questions and with results evaluated by Content Analysis. **Results:** Data was obtained from 21 professors from 13 Higher Education Institutions and organized into thematic categories: Theoretical framework in training nutritionists to work in PHC, classified as sectorial with a focus on food and nutrition, intersectoral with emphasis on food and nutrition in Collective Health and education related to the education and training of professionals; Nutritionist training in PHC: from the topics addressed to field practice, linked to the fields of Social and Economic Sciences, Feeding and Nutrition Sciences and Food Science; and Training in theoretical and practical perspectives, which indicates conventional strategies and also active methodologies. **Conclusion:** The public policies of the Unified Health System (SUS) favors the training of nutritionists to work in PHC, requiring greater teaching-service articulation to train nutritionists identified with social demands.

KEYWORDS: Primary Health Care. Nutrition. Education.

¹ Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro (FMSRC) –  <https://orcid.org/0000-0003-4862-9572>  larissab.nutricionista@gmail.com

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –  <https://orcid.org/0000-0003-1273-7707>

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –  <https://orcid.org/0000-0001-5925-7642>

⁴ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) –  <https://orcid.org/0000-0002-4486-4527>

INTRODUÇÃO

O perfil epidemiológico brasileiro indica que as doenças crônicas não transmissíveis coexistem com uma elevada incidência e prevalência de doenças infecto-parasitárias e de causas externas, demandando estratégias de promoção de saúde¹. As ações de alimentação e nutrição representam papel importante na Atenção Primária à Saúde (APS) e o nutricionista é considerado um profissional fundamental para a integralidade do cuidado. Nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), o nutricionista participa para dar suporte clínico, sanitário e pedagógico aos profissionais da APS².

Na Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 600/2018, a Saúde Coletiva se destaca como uma área de atuação na qual a APS está inserida e as atividades do nutricionista estão definidas nesse âmbito, podendo ser de gestão das ações de alimentação e nutrição ou de cuidado nutricional³.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) orientam a formação profissional com ênfase no SUS e nas competências do profissional para atuar na APS. Nesse sentido, Alves, Luz e Tófoli (2022) construíram um perfil de competências para os nutricionistas na APS que pode embasar a formação acadêmica, sendo: competências relativas ao sistema de saúde e ao modelo de atenção; competências relativas à atenção à saúde; competências humanísticas e culturais; competências sociais e de comunicação; e competências técnicas e metodológicas⁴.

Tendo em vista o papel do nutricionista para a Saúde Coletiva e a importância das competências direcionadas à APS, o objetivo deste estudo foi analisar a formação do nutricionista para a atuação na APS, na perspectiva de docentes.

METODOLOGIA

Estudo de abordagem qualitativa, resultado de dissertação de mestrado, aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (parecer n.º 2.066.934), teve como cenário Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da região Sudeste do país que oferecem curso de graduação em Nutrição, as quais foram identificadas no sistema de dados oficial do Ministério da Educação (*site* e-MEC).

A região sudeste foi escolhida por estar em primeiro lugar em número de alunos matriculados em cursos de ensino superior no Brasil, com mais de 3,7 milhões de matrículas em 2019 ou 43,8% do total. É nessa região também que se concentra o maior número de IES do país, sendo 1124 instituições que ofertam cursos presenciais e 230 na modalidade de ensino a distância (EAD)⁵.

Com a identificação das IES, uma Carta de Autorização foi enviada, o que permitiu o contato junto aos coordenadores do curso de Nutrição, que forneceram dados de contato junto aos docentes da área de APS, população do estudo. Os docentes foram contatados para participarem da pesquisa e, com o aceite, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ciência e autorização da participação e o questionário de coleta de informações.

A coleta de informações ocorreu de junho a setembro de 2017, por meio de questionário composto por caracterização dos participantes e as seguintes questões norteadoras: “A partir de que referencial teórico você aborda a atuação do nutricionista na Atenção Básica?”; “Para a abordagem da atuação do nutricionista na Atenção Básica, quais temas são considerados?”; “Como desenvolve esses temas de forma teórica e prática?”; e “Relacione os aspectos potentes e desafiadores para a abordagem da atuação do nutricionista na Atenção Básica, tendo como base seu contexto e vivência como docente”.

Para a análise das informações, considerou-se que as DCN para cursos de graduação em Nutrição constituem um eixo balizador para as abordagens adotadas pelos cursos, uma vez que explicitam a importância da formação voltada para o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde, em nível individual e coletivo no âmbito da atenção em saúde⁶.

As informações foram analisadas a partir da análise de conteúdo temática de Minayo⁷ (2010), na qual o conceito central é o tema, uma unidade de registro em torno do qual se elabora uma conclusão. Os docentes participantes foram codificados numericamente de 1 a 21, a fim de manter o anonimato, tendo sido identificados com a letra D seguida da numeração.

A análise das informações permitiu a definição de três categorias, sendo: Categoria 1 – Referencial teórico na formação do nutricionista para atuar na APS; Categoria 2 – Formação do nutricionista na APS: dos temas abordados à prática em campo; Categoria 3 – A formação nas perspectivas teórica e prática.

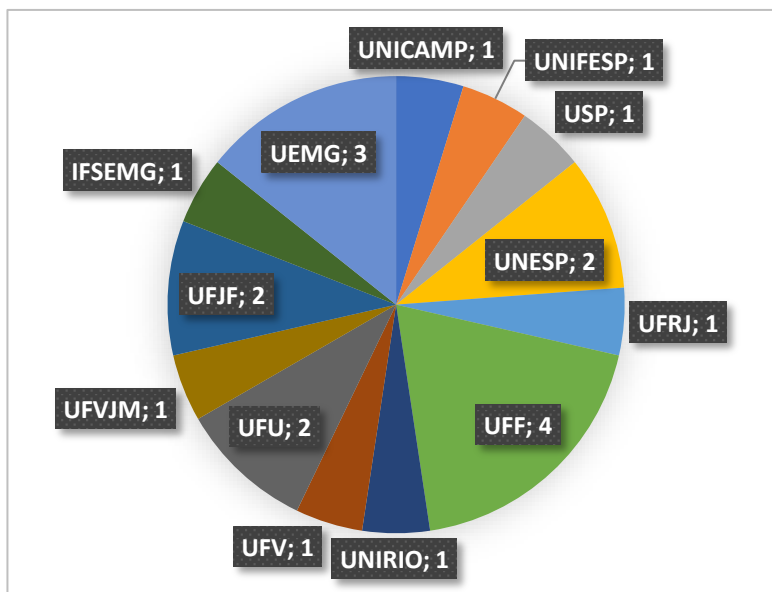
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram convidadas todas as IES públicas da região sudeste do Brasil identificadas pelo *site* do e-MEC, totalizando 26 instituições. Dessas, 13 autorizaram a realização do estudo, que previa a participação dos quatro estados que compõem a região Sudeste do Brasil. Não houve manifestação das IES do Espírito Santo, mesmo após cinco tentativas de contato; porém, entende-se que não descaracterizou o estudo como sendo da região Sudeste, uma vez que

estavam representados os outros três estados, que são os que mais concentram IES e estudantes, sendo seis IES de Minas Gerais, quatro de São Paulo e três do Rio de Janeiro.

Houve participação de 21 docentes, os quais estavam na faixa etária entre 31 e 56 anos de idade, sendo que apenas um deles era do gênero masculino. Do estado de São Paulo, participaram cinco docentes, seis do estado do Rio de Janeiro e dez do estado de Minas Gerais, conforme Gráfico 1.

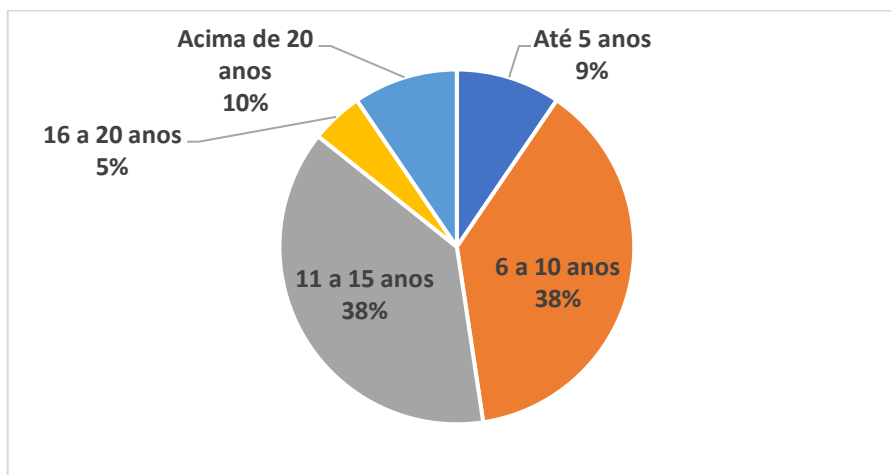
Gráfico 1 – Quantitativo de docentes por IES



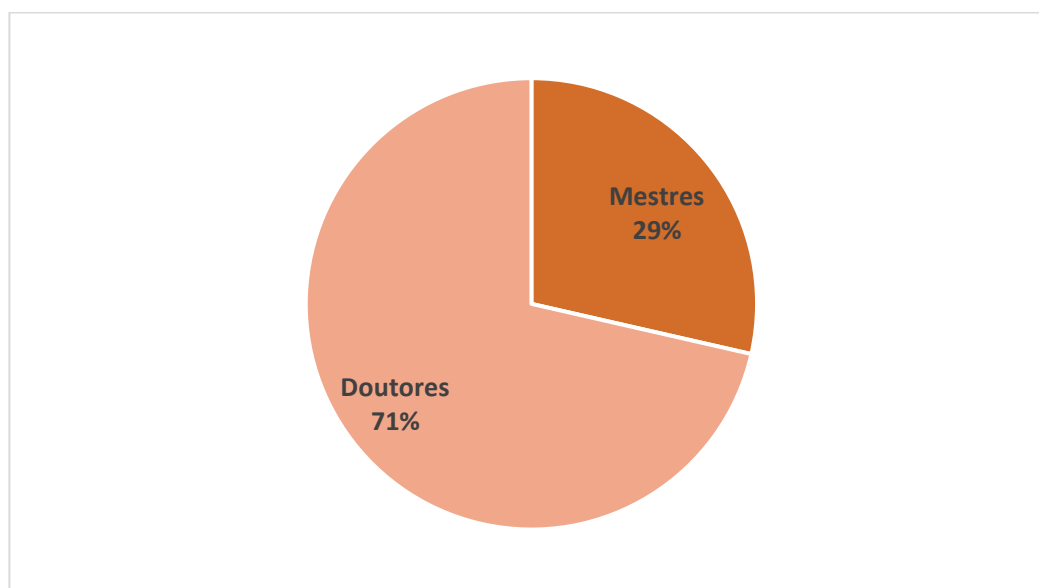
Fonte: elaborado pelas autoras

A maioria dos participantes possuía exercício na docência em disciplinas relacionadas à APS há mais de dez anos (Gráfico 2) e eram doutores (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Tempo de atuação docente na APS (em anos)



Fonte: elaborado pelas autoras

Gráfico 3 – Titulação dos docentes

Fonte: elaborado pelas autoras

As disciplinas e os estágios ministrados pelos docentes com foco na APS estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1– Disciplinas ministradas pelos docentes participantes do estudo

Teóricas	Práticas – estágios
Avaliação Nutricional	Estágio em Saúde Pública/Coletiva
Educação Nutricional	Estágio em Nutrição em Saúde Pública
Epidemiologia / Epidemiologia nutricional	Estágio em Nutrição Social
Nutrição e/em Saúde Pública/Coletiva	Estágio Social
Políticas (Públicas) de Saúde	Prática Integrada em UBS
Políticas Públicas em Alimentação e Nutrição	
Saúde Coletiva	
Saúde da Comunidade	
Saúde e Sociedade	
Trabalho em Grupo e Práticas Coletivas.	

Fonte: elaborado pelas autoras

As informações obtidas foram organizadas segundo categorias temáticas, apresentadas a seguir.

Categoria 1 – Referencial teórico na formação do nutricionista para atuar na APS

Com a finalidade de estabelecer uma relação entre os referenciais teóricos citados pelos docentes na perspectiva da formação do nutricionista para atuação na APS, classificou-se como: Setoriais – quando se relacionam diretamente às ações de alimentação e nutrição na APS;

Intersetoriais – relacionados à alimentação e nutrição em Saúde Coletiva, não especificamente na APS; e Educacionais – relacionados à educação e formação dos profissionais.

Os referenciais teóricos setoriais se agruparam em: (i) Saúde Coletiva: SUS, a própria APS, a Rede de Atenção à Saúde (RAS), o Nasf-AB, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); e (ii) documentos do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN).

Os trechos a seguir exemplificam como alguns docentes citaram a abordagem da APS a partir da Saúde Coletiva e do SUS.

“Na disciplina de saúde coletiva I são trabalhados conteúdos sobre o Sistema Único de Saúde, origem, organização, funcionamento, avanços e desafios. Dessa forma, a atenção básica é um dos conteúdos abordados”. – D12

“Trabalho com o campo de políticas de alimentação e nutrição centrada nos referenciais utilizados na saúde coletiva, promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional”. – D19

De fato, a Saúde Coletiva é uma das áreas de atuação do nutricionista, tendo a APS como um dos campos de atuação³. O SUS ganhou destaque para a formação do nutricionista a partir das DCN, nas quais a formação deve contemplar as necessidades sociais da saúde, com ênfase no sistema público⁶. Entretanto, apesar do direcionamento da formação do nutricionista para a APS, se tomarmos como exemplo o PROFSAÚDE – Mestrado Profissional em Saúde da Família, que é oferecido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e tem abrangência nacional, as vagas são apenas para profissionais da equipe mínima de APS (médicos, enfermeiros e dentistas). Ao não contemplar o profissional nutricionista como candidato, acabam comprometendo o exercício da interprofissionalidade e a resolutividade da APS.

A importância do arcabouço teórico do SUS para a formação se dá em vista da necessidade de se enfrentar a múltipla carga da má nutrição, devendo a equipe ampliada de APS realizar articulação intersetorial para apoiar a construção de ambientes promotores de alimentação saudável⁸.

A APS, definida como ordenadora das RAS e coordenadora do cuidado, desenvolvida para trabalhar a atenção integral em Unidades Básicas de Saúde, por equipe multidisciplinar e para populações de territórios definidos², bem como o Nasf-AB, que foi concebido como uma estratégia composta por uma equipe multiprofissional na qual o nutricionista pode e deve estar inserido, desenvolvendo diversas ações, dentre elas sobre alimentação saudável, são potentes campos de atuação do nutricionista na área da Saúde Coletiva, o que demonstra que os docentes, ao abordarem esses referenciais em sala de aula, ao menos apresentam tais campos aos estudantes. Diante das novas proposições da atual política de APS, há muitas variações na forma

de organizar, manter e até dissolver esse importante espaço de apoio às equipes de APS ou pontos de assistência das RAS.

O fato da PNAB e PNAN terem sido citadas pelos docentes indica a importância da abordagem dessas políticas para a formação, na perspectiva da sua atuação na APS, conforme destaca também o Ministério da Saúde (2013)⁹. São exemplos os trechos listados a seguir, exemplificados pelos docentes:

“Políticas e Programas de alimentação e nutrição – Desde Josué de Castro até a atualidade, a trajetória dos programas de alimentação e nutrição, público alvo e suas fragilidades até o ganho com as políticas de alimentação e nutrição”. – D10

“Utilizo também as políticas nacionais que trazem a alimentação e nutrição para um patamar de grande importância no sistema de saúde brasileiro (Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Atenção Básica)”. – D9

O SISVAN, também citado como referencial teórico setorial, é o sistema de informação que registra dados antropométricos e de consumo alimentar provenientes das ações executadas na APS, facilitando o planejamento de políticas e programas¹⁰. Já existem novas configurações para o registro dos dados, através do sistema e-SUS.

Quanto aos documentos do Ministério da Saúde citados, destacaram-se a Matriz das Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica em Saúde, o Guia Alimentar para a População Brasileira e os Cadernos da Atenção Básica. Estes são materiais elaborados para orientar as ações de alimentação e nutrição e a atuação dos profissionais de APS¹¹.

A Resolução CFN nº380/2006 e o material “O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde” foram os documentos do CFN citados pelos participantes. A resolução foi de grande importância para a Nutrição por definir na área de Saúde Coletiva as atribuições do nutricionista no âmbito da APS, tendo sido atualizada pela Resolução CFN nº600/2018, durante o período deste estudo, o que pode indicar o uso desta nova Resolução pelos docentes.

Uma vez que tanto referenciais teóricos setoriais relacionados à Saúde Coletiva quanto documentos do Ministério da Saúde e do CFN foram citados pelos docentes, infere-se que a abordagem na formação está contemplando com subsídio teórico adequado a atuação para a APS, o que pode refletir em uma atuação prática qualificada do recém-formado.

Os referenciais teóricos intersetoriais apontados pelos participantes foram a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), seguida do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em execução no período do estudo.

A PNSAN, de 2010, elencou diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Já o SISAN, criado em 2006, garante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a SAN por meio da articulação entre órgãos e instituições¹². O PNAE, por sua vez, constitui-se como o mais antigo programa do governo brasileiro na área de

alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e à garantia do DHAA¹³.

Cabe ressaltar que a PNSAN e o PNAE foram inseridos, a partir da Resolução CFN nº600 (2018), como segmentos da subárea políticas e programas institucionais, dentro da área de Saúde Coletiva e o SISAN ficou estabelecido como um subsegmento da PNSAN.

A contribuição de uma das docentes resume bem a importância das ações intersetoriais para o campo de atuação do nutricionista na APS

“O trabalho em outros programas também ilustra a atuação na saúde pública e refletem na produção de saúde, nutrição e alimentação saudável da população atendida na atenção básica. A segurança alimentar e seus diversos aspectos dentro da determinação social da saúde e a promoção da saúde também são temas abordados, visto que estão presentes em todos cenários. A responsabilidade do nutricionista como formador aparece na sua relação com os diversos profissionais de saúde envolvidos no cuidado, e com outros profissionais que atuam em grupos populacionais específicos, como por exemplo os educadores, manipuladores de alimentos no PNAE”. – D9

Todos os docentes que citaram referenciais teóricos intersetoriais também relataram utilizar os setoriais, demonstrando que abordam em sala de aula a articulação que o campo de alimentação e nutrição em saúde pública tanto necessita, conforme destacado também por outros autores¹⁴. Entende-se que o profissional que consegue inserir assuntos intersetoriais em suas atividades cotidianas, como os destacados pelos docentes, qualifica o serviço prestado à população e potencializa a resolubilidade dos problemas alimentares e nutricionais.

Ao analisar as políticas públicas citadas pelos participantes, tanto as classificadas como setoriais quanto intersetoriais, os docentes estão em consonância com o esperado pelo CFN, uma vez que o Conselho destaca a PNAB, PNAN, PNSAN e PNAE como políticas de extrema importância para a atuação do nutricionista¹⁵, e também com outros autores, que destacam essas políticas no âmbito do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis¹⁶.

Entretanto, na percepção dos participantes, a desarticulação entre as políticas públicas influencia a efetividade das ações de saúde. Muitas vezes as publicações e documentos técnicos do cuidado em saúde relacionado à alimentação e nutrição são desprovidos de discussões conceituais¹¹. Nessa linha, autores da área citam que se faz necessário, para modificar esse cenário, superar a lógica da competição e das decisões centralizadas, implementando ações condizentes com o perfil de nutrição da população, voltadas para a promoção da saúde e diminuição dos agravos nutricionais e que façam parte do cuidado integral nas RAS, sendo a APS o local prioritário para seu desenvolvimento^{2,17}.

Por fim, os referenciais teóricos educacionais trabalhados pelos docentes em suas disciplinas foram: a Educação em Saúde (ES) e a pedagogia crítica de Paulo Freire. Os participantes indicaram, ainda, que as DCN para cursos de graduação em Nutrição foram

utilizadas para a composição do elenco dos conteúdos educacionais, no mesmo nível de importância dos referenciais teóricos acima citados. Os trechos seguintes exemplificam como esses referenciais foram citados pelos docentes:

“Por formação, gosto muito de destacar Paulo Freire, como forma de atuar com pessoas (pacientes), que quando procuram ajuda profissional na área de saúde, estão com um problema”. – D14

“O nutricionista enquanto um profissional generalista, capacitado sob a perspectiva do cuidado humanizado, integral, problematizador. A integralidade é trabalhada em relação ao indivíduo, quanto em relação à organização dos serviços”. – D21

A ES é um recurso que possibilita que o conhecimento científico dos profissionais se aproxime da vida cotidiana das pessoas. É importante destacar que essa compreensão isolada não é suficiente para a adoção de práticas alimentares mais saudáveis, sendo que alguns condicionantes como escolaridade, condição financeira, acesso e aspectos psicológicos também são determinantes do comportamento alimentar. Dessa forma, a APS, por ser um serviço de maior proximidade com a população e priorizar ações preventivas e promocionais, é um local profícuo para o desenvolvimento de ES.

A pedagogia crítica embasada por Paulo Freire se baseia na prática pedagógica emancipatória, na qual a educação tem por finalidade a humanização do próprio homem ao permitir que o educando ressignifique sua humanidade, redescubra seu lugar no mundo e transforme sua cultura¹⁸.

Assim sendo, utilizar ES e pedagogia crítica como referenciais teóricos nas disciplinas relacionadas à APS pode contribuir para potencializar a formação dos graduandos em Nutrição, de modo a contribuir com nutricionistas mais capacitados para a atuação em Saúde Coletiva.

Compreende-se que os docentes que utilizam as DCN como referencial teórico contribuem para a formação de nutricionistas mais capacitados, uma vez que elas representam o que há de mais atualizado na regulamentação para a graduação em Nutrição e que merecem fortalecimento, ainda dentro das IES, para que possam viabilizar a formação de profissionais comprometidos com a qualidade de vida da população. Cabe ressaltar que, apesar de ser o documento mais atualizado sobre formação em Nutrição, as DCN foram publicadas há mais de 20 anos, necessitando de atualização.

Os referenciais teóricos educacionais foram citados pela minoria dos docentes, e apenas um deles os utiliza isoladamente, possivelmente deixando de transmitir informações importantes sobre a APS. Em contrapartida, os demais participantes também citaram referenciais setoriais e intersetoriais, demonstrando que ampliam a abordagem em sala de aula, contemplando assuntos relacionados à educação e formação dos profissionais.

Categoria 2 – Formação do nutricionista na APS: dos temas abordados à prática em campo

Utilizaram-se as áreas das ciências que as DCN descrevem para os conteúdos do curso de graduação em Nutrição para classificar os temas citados pelos docentes para a formação direcionada à APS, sendo: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Sociais, Humanas e Econômicas; Ciências da Alimentação e Nutrição; e Ciências dos Alimentos⁶.

Para as Ciências Biológicas e da Saúde, não foram identificados temas, possivelmente pelo fato de que a organização curricular dos cursos, em sua maioria, se dá ainda pelo modelo fragmentado em áreas.

Os temas classificados nas Ciências Sociais, Humanas e Econômicas foram integralidade, humanização, matriciamento, intersetorialidade, grupos, DHAA, condicionantes dos problemas alimentares, transição nutricional, clínica ampliada, linhas de cuidado, comportamento alimentar, alimentação no contexto contemporâneo e atuação bio/psico/social/cultural.

Os temas SAN, promoção e prevenção da saúde, nutrição nos ciclos da vida, alimentação saudável, atendimento nutricional, EAN, epidemiologia, doenças nutricionais, planos alimentares e pesquisas populacionais foram citados pelos participantes e classificados nas Ciências da Alimentação e Nutrição. Já na classificação das Ciências dos Alimentos, foi citado apenas o tema composição química dos alimentos.

A diversidade de temas citados pelos participantes permite considerar que a maioria aborda todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentam fundamentais, ampliadas no sentido de um cuidado em saúde, e vai ao encontro das DCN, que consideram que os conteúdos devem proporcionar a integralidade das ações do cuidar⁶.

Os docentes também elencaram temas relacionados às competências e habilidades do profissional para atuação na APS, como trabalhar em equipe, ser articulador da rede, desenvolver gestão em saúde, ser educador e possuir boa comunicação. Essas características são valorizadas pelas DCN, mostrando que os docentes estão trabalhando de acordo com essa perspectiva e, assim, em consonância com o perfil profissional proposto para o nutricionista.

Apesar das DCN descreverem o perfil ideal do futuro nutricionista, reconhece-se que, na prática, identificam desafios relacionados ao contexto da saúde que o profissional enfrenta ao atuar no mundo do trabalho, tendo sido destacado pelos participantes deste estudo: a atuação multiprofissional, com falta de responsabilidade de alguns profissionais e supremacia de ideais biologicistas; equipes de Nasf-AB que não trabalham de acordo com o preconizado; falta de entendimento dos profissionais sobre o trabalho dos Nasf-AB; interesses políticos municipais que influenciam na composição dos profissionais dos Nasf-AB; ausência ou quantidade insuficiente de nutricionistas na APS; profissionais desatualizados e sem identificação com a

APS; estruturas físicas inadequadas; falta de equipamentos; salários injustos; e pouco reconhecimento da população. Os trechos a seguir exprimem a opinião de docentes participantes desse estudo em relação aos desafios elencados:

“Como a profissão ainda não está inserida na Atenção Básica de todos os municípios e o salário nem sempre é justo, os profissionais da área nem sempre se interessam em atuar neste segmento. Além disso, nem todos os profissionais inseridos na Atenção Básica apresentam formação apropriada para tal e nem mesmo vocação para atuar neste modelo de assistência, deixando sua atuação a desejar”. – D2

“Já os desafios desta abordagem estão especialmente na insuficiência ou mesmo na falta de inserção deste profissional, nutricionista, no nível de Atenção Básica dos municípios. Mesmo quando há os NASF, não está garantida a inserção deste profissional em sua composição. Deste modo, a atenção nutricional aos usuários segue comprometida, o que diretamente impacta na integralidade do cuidado, visto que este aspecto muitas vezes não é abordado pelas equipes, ou quando ocorre, se dá de maneira equivocada ou menos qualificada, em virtude da falta deste profissional, tanto para o planejamento e execução das ações, como para o matriciamento das equipes no tocante às ações de alimentação e nutrição”. – D8

No entanto, apesar dos desafios, a atuação prática do nutricionista tem suas potências, tendo sido destacadas a alta resolubilidade da APS, a importância do nutricionista para a saúde, o trabalho gratificante com a população, a atuação multiprofissional e os Nasf-AB como campo de atuação, conforme demonstra a opinião do docente a seguir:

“O nutricionista é um profissional de grande importância na promoção da saúde por meio da Atenção Primária uma vez que a alimentação e nutrição são ciências intimamente relacionadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos e atua de forma coadjuvante no tratamento de enfermidades. A inserção da profissão por meio de Núcleos de Apoio à Saúde da Família e da responsabilidade técnica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi crucial para atuação do nutricionista neste formato de assistência à saúde, ressaltando a importância da alimentação e nutrição na vertente saúde”. – D2

A alta resolubilidade da APS realmente é uma potência, por ser possível resolver grande parte dos problemas e necessidades de saúde da população quando há financiamento minimamente adequado. Na área da alimentação e nutrição, o nutricionista ganha importância e destaque nas intervenções, sendo exemplos de atividades desenvolvidas por esse profissional na APS: atendimento nutricional para crianças com riscos nutricionais, diagnóstico alimentar e nutricional com identificação de áreas vulneráveis e grupos de risco, incentivo à amamentação e alimentação complementar saudável, vigilância alimentar e nutricional, acompanhamento de estado nutricional, entre outras¹⁹.

As ações de alimentação e nutrição na APS têm importante impacto na saúde das pessoas, famílias e comunidades, fazendo com que os usuários reconheçam o trabalho realizado e gerando nos profissionais satisfação e prazer no cotidiano da prática profissional, como mencionado pelos participantes desse estudo e também por outros autores^{19,20}.

Atuar em equipes multiprofissionais faz parte das competências e habilidades dos nutricionistas que devem ser desenvolvidas durante a formação acadêmica. O nutricionista,

quando integrante de equipe multiprofissional, amplia possibilidades de práticas de cuidado e aumenta o potencial de resolubilidade da ESF³. Além disso, o desenvolvimento de atividades coletivas de promoção da alimentação saudável favorece a integração de profissionais de diferentes categorias, fortalecendo a equipe e a educação compartilhada²¹. Entretanto, na prática, trabalhar em equipe esbarra em contradições referentes à formação profissional e à configuração das instituições, muitas vezes marcadas pela fragmentação do conhecimento, setorialização do trabalho, hierarquia e cultura corporativa²².

O fato de os docentes terem elencado que o trabalho em equipe é um desafio demonstra que eles compreendem as dificuldades da prática e podem aprimorar a discussão em suas disciplinas, pois esses assuntos devem fazer parte da formação do profissional de saúde.

Os Nasf-AB, criados pela Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008, foram descritos pelos participantes como potência, e de fato ampliaram as possibilidades de atuação do nutricionista, tendo a quantidade de nutricionistas nesse campo de atuação partido de 327, em 2008, para 2.476, em 2013²³. Em contrapartida, os desafios elencados pelos docentes provavelmente acontecem pelo fato de a proposta de trabalho dos núcleos ser recente no Brasil, não tendo processos plenamente sistematizados, ao passo que as equipes de Saúde da Família já possuem processos de trabalho consolidados. Esses fatos podem estar criando situações conflituosas no ambiente de trabalho dessas equipes. Ainda referente aos Nasf-AB, questões políticas para a inserção do nutricionista de fato podem existir, uma vez que sua composição é estabelecida predominantemente pelos gestores^{24,25}.

Sobre a ausência ou quantidade insuficiente de nutricionistas na APS, por mais que a Resolução CFN nº600/2018 estabeleça as quantidades necessárias de profissionais, na prática os números estão longe de serem seguidos, o que leva ao desenvolvimento de ações de alimentação e nutrição inadequadas ou insuficientes diante das necessidades da população²⁶.

Os desafios relacionados à falta de estrutura e recursos materiais referidos pelos docentes são comuns no âmbito de atuação da APS, situações que impactam negativamente o profissional e até mesmo a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes. A insatisfação dos nutricionistas com o trabalho na APS, relacionada a deficiências na disponibilidade e qualidade de equipamentos antropométricos, estrutura física e material de consumo, também foi destacada por Pedraza e Santos¹⁹.

Esses desafios podem relacionar-se ao fato de que os recursos repassados às ações de alimentação e nutrição no SUS são oriundos, em sua maior parte, da União, que financia os estados e uma pequena parcela de municípios. Entretanto, deve-se destacar que o financiamento federal das ações de alimentação e nutrição no SUS, apesar de limitado em seu valor financeiro, representou um grande avanço em relação aos programas verticalizados de execução centralizada pré-SUS²⁷.

Em relação à situação salarial como desafio de atuação na APS, segundo levantamento do Conselho Federal de Nutricionistas, a renda mensal para a maioria dos nutricionistas na área de Saúde Coletiva (67,8% dos profissionais) é de 1 a 5 salários mínimos, sendo 31,3% de 1 até 3 e de 36,5% de 3 a 5 salários mínimos²⁸.

Em suma, os desafios descritos pelos docentes que participaram deste estudo fazem parte de dificuldades cotidianas das equipes de saúde: formação acadêmica marcada pelo reducionismo; lógica corporativa e competitiva; falta de compreensão dos profissionais sobre seu trabalho fazer parte de um todo; conflitos de equipe; excesso de trabalho e baixas remunerações.

Categoria 3 – A formação nas perspectivas teórica e prática

A estratégia metodológica para aula teórica mais citada pelos docentes foi a aula expositiva dialogada, cujo ponto forte é a participação do estudante e o diálogo que permite questionamentos, críticas e reflexões; porém quando as turmas são grandes, a participação dos estudantes acaba ficando inibida, resultando em uma aula centrada na fala do professor^{29,30}.

A segunda estratégia mais citada foi a utilização de documentos científicos, que pode ser descrita como estudo de texto, na qual Anastasiou e Alves²⁹ descrevem como a exploração de ideias de um autor que é discutida a partir do estudo crítico de um texto ou como dinâmicas de leitura para a sala de aula.

Paralelo às estratégias convencionais, também foram elencadas pelos docentes algumas metodologias ativas, como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), *Team Based Learning* (TBL) e utilização de portfólio. A ABP destaca-se como uma das mais conhecidas atualmente no Brasil. Entende-se por metodologias ativas as formas utilizadas pelos professores para desenvolver o processo de aprendizagem na busca de conduzir a formação crítica de futuros profissionais. As metodologias ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender considerando o aluno como sujeito ativo, autor da sua própria aprendizagem. Elas são propostas interessantes para os processos pedagógicos e didáticos, porém precisam estar inseridas na educação com uma perspectiva crítico-reflexiva³¹.

Nesta direção, as DCN estabelecem a necessidade de um projeto pedagógico centrado na aprendizagem do aluno e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem, devendo a estrutura do curso garantir um ensino crítico, reflexivo e criativo⁶.

Acerca da abordagem metodológica teórica, os docentes indicaram como potências a existência de disciplinas relacionadas à APS desde o início do curso; a formação adequada, com caráter humanista; e a preparação dos alunos para o trabalho com grupos. Como elementos desafiadores, relataram a oferta das disciplinas relacionadas à APS no mesmo momento que as biológicas; a formação inadequada, com ênfase na atuação biológica e sem preparo para o

trabalho em equipe e para o SUS; a presença de fortes componentes técnicos e pouco espaço para processos reflexivos; a carga horária em Saúde Coletiva insuficiente; a prática docente fragmentada; e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tornem o assunto atraente.

A formação acadêmica, caracterizada como adequada por alguns docentes e inadequada por outros, destaca a necessidade de mudanças pedagógicas e educacionais a fim de se formar um profissional melhor integrado ao mundo do ensino e do trabalho, que considerem metodologias ativas de aprendizado, trabalho multiprofissional, ênfase na formação generalista e adequadas à realidade.

Importante considerar que a formação adequada do estudante de nutrição também está relacionada com a satisfação docente. De uma maneira geral, professores universitários brasileiros apresentam bons níveis de satisfação no trabalho, sendo o fator mais citado a realização do trabalho docente³².

O trecho a seguir, de uma docente participante, resume os pontos positivos da abordagem da APS na formação:

“Percebo que muitos estudantes saem da disciplina encantados com o que eles chamam de “mundo novo”, pois percebem que o nutricionista que atua na área faz muito mais que atendimento e prática educativa”. – D16

Sobre os desafios destacados, os trechos a seguir ilustram a opinião docente:

“Fica difícil trabalhar com os alunos a importância do nutricionista na atenção básica, com eles, no mesmo semestre, mergulhados em aulas do ciclo básico biomédico (anatomia, patologia, histo, fisio, etc). Como conseguir a atenção desses alunos, quando a cobrança acadêmica sobre eles está direcionada para outro lado? Mais ainda, como “convencer” os alunos da importância da atuação na atenção básica de forma ampliada, quando o próprio Curso não é voltado para isso? Nesse sentido acredito que realmente os currículos deveriam ser repensados”. – D3

“Um aspecto desafiador é a própria construção e distribuição das disciplinas na matriz curricular, que parece valorizar mais a nutrição clínica. Essa é a impressão que os alunos reportam ao final de sua formação. Os professores da clínica também apresentam uma dificuldade de integrar com a saúde pública. Certa vez, uma professora da clínica reportou que não sabia nada sobre o SUS e que não gostava do assunto. Mesmo com o esforço dos professores da Saúde Pública em integrar com a clínica, percebemos grande resistência nessa integração. Dessa forma, os estudantes fragmentam as áreas por perceber que a prática dos professores também é fragmentada”. – D7

O aspecto biologicista pode ser explicado pelo fato de as estruturas curriculares dos cursos de Nutrição, de um modo geral, serem presididas pelo modelo tradicional de formação, com aspectos tecnicistas e biologicistas, caracterizando uma dicotomia entre teoria e prática³³, mesmo que o preconizado pelas DCN seja a formação de profissionais generalistas, humanistas e críticos⁶. A prática docente fragmentada, destacada pelos participantes, é uma característica comum da formação em nutrição pautada em teorias pedagógicas tradicionais, tecnicistas e não críticas³³.

Por fim, o desafio do docente em desenvolver práticas pedagógicas que tornem o encontro para a reflexão atraente, provavelmente, se dá em função da diversidade de estratégias de ensino possíveis de serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e a pouca apropriação para se trabalhar com elas.

Para a abordagem metodológica das aulas práticas, o estágio curricular na APS foi o mais descrito pelos docentes, com atividades que envolvem visitas domiciliares, desenvolvimento de grupos, atividades do SISVAN, acompanhamento de casos, EAN, participação em reuniões e discussão de casos.

A Nutrição Social é uma das áreas obrigatórias de estágio curricular de acordo com as DCN da Nutrição, na qual se insere a atuação no âmbito do SUS. Definida como área de Nutrição em Saúde Coletiva pela Resolução CFN nº600 (2018), esse campo de estágio é espaço privilegiado para a formação e uma experiência enriquecedora no processo de ensino-aprendizagem do nutricionista para atuação na APS³⁴.

O estágio curricular na APS também foi identificado, pelos docentes, como motivador devido à sua relevância social. O vínculo com a comunidade deve ser estabelecido a partir de atividades de estágio bem estruturadas que permitam impactos significativos tanto para os alunos quanto para os usuários do SUS³⁵.

Para que se tenha mais sucesso no desenvolvimento das atividades, a integração ensino-serviço é fundamental. Segundo os docentes, quando estagiar reflete em uma boa relação entre universidade e campo de atuação, a integração ensino-serviço se constitui num aspecto potente para a formação, pois favorece a inserção profissional em futuro próximo, sendo fundamental a vivência de alunos na realidade local de saúde para garantir uma formação condizente com as necessidades do SUS. Entretanto, quando essa relação não é boa, a integração ensino-serviço acaba se tornando um desafio e comprometendo a formação adequada para a área.

Como segunda abordagem metodológica mais utilizada pelos docentes em aulas práticas, destacou-se a realização de visitas sem atuação direta do aluno, conforme destacado na contribuição do docente a seguir:

“Colocamos roteiros de observação para os alunos, para que possam comparar aspectos teóricos discutidos em sala sobre o SUS e a ESF com aspectos práticos percebidos na rotina dos serviços”. – D3

Segundo Anastasiou e Alves²⁹, esse tipo de atividade é classificado como uma estratégia de estudo do meio, na qual o estudante se insere no contexto natural com contato direto com a realidade, propiciando aquisição de conhecimentos por meio da experiência vivida.

CONCLUSÃO

Os docentes abordam, em suas atividades, a atuação do nutricionista para a APS, servindo como ponto de partida para reflexões e melhorias acerca da formação voltada para o SUS e para a área.

Os referenciais teóricos relacionados à APS são intensamente abordados pelos docentes em suas disciplinas, o que reflete na formação mais qualificada de nutricionistas. Ao reconhecer que a formação para atuação na APS considera o cuidado integral em saúde, a abordagem pelos docentes em suas disciplinas se faz com uma diversidade de temas, inclusive de outras áreas do conhecimento, ampliando a formação.

A APS é um campo de atuação potente na visão dos docentes. No entanto, é uma área que ainda dispõe de pouco ou nenhum nutricionista, profissionais desmotivados, estruturas físicas inadequadas, falta de equipamentos, salários injustos e pouco reconhecimento da população. As políticas públicas favorecem a formação do nutricionista para atuação na APS e possivelmente influenciam na mudança de hábitos alimentares da população, mas precisam estar articuladas entre si, para que não se configurem como barreiras à efetividade das ações de saúde.

Apesar das DCN estabelecerem que a metodologia a ser utilizada nos cursos deva garantir o ensino crítico, reflexivo e criativo, este é um desafio ainda a ser vencido, pois, embora os docentes indiquem o uso de algumas estratégias de ensino mais inovadoras, a falta de estrutura nas instituições, a formação centrada no modelo biológico, bem como carga horária insuficiente para a abordagem na APS ainda se apresentam como obstáculos a serem superados.

O estágio curricular tem-se apresentado na formação de nutricionistas como importante para a vivência pré-profissional no mundo do trabalho, uma vez que proporciona a prática no SUS e, especificamente, na APS.

O estudo em questão, ainda que exploratório, ao trazer a visão de um grupo com este perfil, pode, ao lado de outras pesquisas, contribuir para qualificar o processo de ensino e aprendizagem com o fortalecimento dos cursos de graduação, que considerem os interesses sociais e de transformação da realidade como parceiros dos serviços de saúde para a promoção da intersetorialidade, educação e saúde. Reconhecendo a limitação deste estudo por trazer apenas o olhar dos docentes, recomendam-se estudos futuros com as perspectivas dos demais sujeitos envolvidos na formação.

REFERÊNCIAS

1. Martins TCF, Silva JHCM, Máximo GC, Guimarães RM. Transição da morbimortalidade no Brasil: um desafio aos 30 anos de SUS. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2021 [acesso em 2023 abr. 26]; 26(10):4483-4496. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n10/4483-4496/pt>
2. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [internet]. 2017 [acesso em 2022 mai. 20]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
3. Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências [internet]. 2018 [acesso em 2022 abr. 23]. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm
4. Alves CGL, Luz VG, Tófoli LF. Competências do nutricionista para a Atenção Primária à Saúde. *Physis* [internet]. 2022 [acesso em 2023 abr. 26]; 32(3):1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/QVjwm5Nbp3xSHsxwtkjdnB/>
5. Instituto SEMESP. Mapa do ensino superior no Brasil [internet]. 11. ed; 2021 [acesso em 2022 abr. 25]. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Mapa-do-Ensino-Superior-Completo.pdf>
6. Conselho Nacional de Educação (Brasil). Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição [internet]. 2001 [acesso em 2022 jan. 18]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>
7. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
8. Bortolini GA, Pereira TN, Nilson EAF, Pires ACL, Moratori MF, Ramos MKP, Silva SA, Carvalho MFCC, Bressan LA, Faller LA. Evolução das ações de nutrição na atenção primária à saúde nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil. *Cad. Saúde Pública* [internet]. 2021 [acesso em 2023 abr. 26]; 37(Sup1):1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00152620>
9. Ministério da Saúde (Brasil). Política Nacional de Alimentação e Nutrição [internet]. 2013 [acesso em 2022 mai. 23]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
10. Ministério da Saúde (Brasil). Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde [internet]. 2022 [acesso em 2023 abr. 26]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_organizacao_vigilancia_alimentar_nutricional.pdf
11. Magalhães LM, Amparo-Santos L, Leão-Santos D, Gomes IR. Deslocamentos, desenlaces e tessituras no cuidado em alimentação e nutrição: análise de uma publicação oficial brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2021 [acesso em 2023 abr. 26]; 26(Supl. 3):4885-4894. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.29362019>
12. Presidência da República (Brasil). Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de

- Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências [internet]. 2010 [acesso em 2022 mar. 03]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm
13. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE [internet]. 2017 [acesso em 2023 abr. 26]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5053648/mod_resource/content/1/manual%20nutricionistas_2017.pdf
 14. Jaime PC, Silva ACF, Lima AMC, Bortolini, GA. Ações de alimentação e nutrição na atenção básica: a experiência de organização no Governo Brasileiro. *Rev Nutr* [internet]. 2011 dez [acesso em 2022 jan. 08]; 24(6):809-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000600002>
 15. Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). O nutricionista e as políticas públicas. *RASBRAN* [internet]. 2013 jan/jun [acesso em 2022 fev. 15]; 5(1):86-88. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/12/14>
 16. Machado AD, Bertolini AM, Brito LS, Amorim MS, Gonçalves MR, Santiago RAC, Marchioni DM, Carvalho AMC. O papel do Sistema Único de Saúde no combate à sindemia global e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2021 [acesso em 2023 abr. 26]; 26(10):4511-4518. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11702021>
 17. Recine E, Carvalho MF, Leão M. *O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde*. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Nutricionistas; 2015.
 18. Franco MAS. Pedagogia crítica: transformações nos sentidos e nas práticas emancipatórias. *Revista Práxis Educacional* [internet]. 2020 [acesso em 2023 abr. 26]; 16(42):423-439. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i42.6299>
 19. Pedraza DF, Santos IS. Profile and performance of nutritionists in Primary Health Care. *Rev Nutr* [internet]. 2017 [acesso em 2023 abr. 26]; 30(6):835-845. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XyPNMHwQGwjYVvk9D6SNb9fJ/?lang=en>
 20. Nascimento DDG, Quevedo MP, Oliveira MAC. Pleasure at work in a family health support team: a dejourian analysis. *Texto Contexto Enferm* [internet]. 2017 [acesso em 2022 mar. 20]; 26(1):1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017006380015>
 21. Marques RJR, Rezende-Alves K, Soares CS, Magalhães KA, Morelli LF, Lopes ACS. Análise do trabalho em equipe multiprofissional para ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica. *Trab. Educ. Saúde* [internet]. 2020 [acesso em 2023 abr. 26]; 18(1):1-17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00241>
 22. Feriotti ML. Equipe multiprofissional, transdisciplinaridade e Saúde: desafios do nosso tempo. Vínculo – Revista do NESME [internet]. 2009 [acesso em 2022 fev. 17]; 2(6):179-194. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v6n2/v2n6a07.pdf>
 23. Vasconcelos IAL, Sousa MF, Santos LMP. Evolução do quantitativo de nutricionistas na Atenção Básica do Brasil: a contribuição dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e da Estratégia Saúde da Família de 2007 a 2013. *Rev Nutr* [internet]. 2015 ago [acesso em 2022 jan. 23]; 28(4):431-450. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-52732015000400009>
 24. Gonçalves RMA, Lancman S, Sznelwar LI, Cordone NG, Barros JO. Estudo do trabalho em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), São Paulo, Brasil. *Rev Bras Saúde Ocup* [internet]. 2015 jan/jun [acesso em 2022 abr. 09]; 40(131):59-74. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0303-7657000078013>

25. Azevedo LB, Jesus TR, Reis EC. Tendência temporal da inserção de nutricionistas no Sistema Único de Saúde segundo regiões do Brasil no período de 2009 a 2018. *Mundo da Saúde* [internet]. 2021 [acesso em 2023 abr. 26]; 45:24-33. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1020/1027>
26. Rigon SA, Schmidt ST, Bógus CM. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. *Cad Saúde Pública* [internet]. 2016 mar [acesso em 2022 mai. 23]; 32(3):1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00164514>
27. Jaime PC, Delmuè DCC, Campello T, Silva DO, Santos LMP. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2018 jun [acesso em 2022 mai. 23]; 23(6):1829-1836. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05392018>
28. Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). Inserção profissional dos nutricionistas no Brasil [internet]. [acesso em 2023 abr. 26]; Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CARTILHA%20CFN_VERSAO_DIGITAL.pdf?fbclid=IwAR0uypYRdbnoFbs_aR4PIAKygN3PC4-BUFJfPCD2tszfAXtxG1y0KE1HvLs
29. Anastasiou LGC, Alves LP. Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula [internet]. 5. ed. Joinville: Editora Univille; 2005. p. 67-100 [acesso em 2022 abr. 14]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4403700/mod_resource/content/1/Anastasiou_Alves_Processos%20de%20Ensino.pdf
30. Zambarda AB, Granella AP, Bagatini FM, Antonini JA, Rios JVP. Estratégias de Ensino utilizadas na aula universitária: um estudo a partir do curso de Administração de uma Universidade Comunitária do Oeste Catarinense. *Revista ADMpg Gestão Estratégica* [internet] 2015 [acesso em 2022 abr. 15]; 8(2):27-33. Disponível em: http://www.admpg.com.br/revista2015_2/Artigos/Artigo3.pdf
31. Pischetola M, Miranda LT. Metodologias ativas: uma solução simples para um problema complexo? *Revista Educação e Cultura Contemporânea* [internet]. 2019 [acesso em 2023 abr. 26]; 16(43):30-56. Disponível em: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.5935/2238-1279.20190003](http://DX.DOI.ORG/10.5935/2238-1279.20190003)
32. Campos EV, Carvalho AMA, Souza AS. Satisfação no trabalho e qualidade de vida de professores universitários brasileiros: revisão integrativa. *Multitemas* [internet]. 2019 [acesso em 2023 abr. 26]; 24(57):59-77. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/multi.v24i57.2260>
33. Valverde LS, Pimentel AM, Soares MD. Formação em Nutrição no Brasil: análise de alcances e limites a partir de uma revisão da literatura. *Revista Baiana de Saúde Pública* [internet]. 2019 [acesso em 2023 abr. 26]; 43(1):247-259. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3054/2619>
34. Ferreira AMM. Repensando a formação da nutrição para atenção básica à saúde a partir da percepção dos discentes. *Interfaces da Educação* [internet]. 2020 [acesso em 2023 abr. 26]; 11(31):440-473. Disponível em: <https://doi.org/10.26514/inter.v11i31.3815>
35. Jacob MCM, Araújo, FR. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Saudáveis. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2020 nov [acesso em 2022 mar. 13]; 25(11), 4369-4378. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.31652018>

Artigo recebido em junho de 2022

Versão final aprovada em maio de 2023